



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ARTICULAÇÃO NO CONTEXTO DA EA

Maria Odete da Rosa Pereira¹
Lúcia de Fátima Socoowski de Anello²

RESUMO

Este trabalho constitui um ensaio teórico que aponta elementos fundantes de uma proposta de qualificação profissional de pescadores artesanais que habitam as margens do estuário da Lagoa dos Patos e pertencem ao município de São José do Norte no Rio Grande do Sul. Utilizando-se dos princípios da pesquisa participante, pretende-se contribuir para a construção da proposta de qualificação profissional, no contexto da pesca artesanal, com uma triangulação que acreditamos ser essencial. Sob o pano de fundo da educação ambiental e sua trajetória e aparato legal, essa perspectiva se fundamenta na política de educação de jovens e adultos, por um lado, e, por outro, na política nacional de qualificação profissional.

Palavras-chave: Pesca artesanal; Qualificação profissional; Educação Ambiental.

ABSTRACT

This study consists of a theoretical essay concerned with addressing founding elements of a professional qualification proposal with artisanal fisher communities which inhabit along the coast of the estuary of *Patos Lagoon* and belong to the municipality of *São José do Norte* in the State of *Rio Grande do Sul*. Taking part from participatory research principles, the aim is contribute to the construction of the professional qualification proposal, within the context of artisanal fishery, with a triangulation that we believe to be essential. On the background of environmental education and its trajectory and legal apparatus, this perspective is based on the politics of adolescents and adults education, on the one hand, and, on the other hand, on the national politics of professional qualification.

Keywords: artisanal fishery; professional qualification; environmental education.

¹ Doutoranda do PPGEA/ FURG - dethfurg@hotmail.com .

² Doutoranda do PPGEA/ FURG; Diretora de Educação Ambiental /MMA - luciaanello@hotmail.com .

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo propor uma articulação que julgamos necessária entre a Educação de Jovens e adultos e seu papel fundamental na construção de uma pauta ambiental na área da pesca que busque a participação dos sujeitos na resolução de problemas que têm se apresentado às comunidades, como por exemplo a escassez de peixes e outros frutos do mar que são os responsáveis pela sobrevivência de milhares de pescadores artesanais em todo Brasil. No entanto o foco de nosso estudo tem sido o estuário da Lagoa dos Patos, a seguir estaremos expondo nossas reflexões.

Quando nos referimos à qualificação profissional de pescadores artesanais temos que ter o cuidado de não buscarmos transformar o pescador em mão de obra assalariada. Partimos do entendimento que existe a necessidade de um leque de ações que propiciem a continuidade da atividade da pesca para a posteridade, respeitando e preservando seu modo de vida próprio. Além das espécies marinhas, como peixes e crustáceos, o que está ameaçado, atualmente, de extinção são as próprias comunidades que vivem na costa brasileira e retiram seu sustento seja do mar e ou dos ambientes estuarinos. Estão num processo crescente de exclusão do seu modo de vida, da sua cultura e tradição.

A sociedade capitalista nasce com excluídos: é sua máxima respeitar o mercado, desenraizando e brutalizando a todos – essa é sua regra estruturante – para depois incluir, segundo sua própria lógica (Véras, 1999: p.40). Nas cidades é visível o crescimento dos aglomerados urbanos como vilas e favelas e quando diagnosticamos tal realidade encontramos pessoas e famílias oriundas do êxodo rural, pesca e outras atividades extrativistas, assim como diferentes etnias, como o caso dos índios, negros, alemães, italianos, coreanos, etc...

São José do Norte é uma cidade litorânea, com mais de 100 km de praias na costa do Oceano Atlântico. Toda a sua área municipal se situa em baixa altitude com, no máximo, 5 metros acima do nível do mar. A maior parte do município é composta por campos, com vegetação rasteira e [[herbácea]] da costa do litoral do sul do Brasil. Também há o cultivo de árvores plantadas ([[eucaliptos]] e [[pinheiro|pinhos]]). Dunas de areia relativamente altas são encontradas em toda a área municipal. Uma característica climática da cidade é a ocorrência de ventos fortes durante todo o ano (WIKIPÉDIA, 2008).

Toda essa condição ambiental abriga comunidades que de uma forma ou outra estão ligadas à agricultura e ou à pesca. Em algumas comunidades (poucas) existe a

tradição do pescador/agricultor, contudo com a diferenciação das políticas públicas dirigidas à pesca e à agricultura, sendo que a primeira não admite a pesca eventual, estão sendo obrigados a escolher entre uma ou outra atividade. Isso ocorre por consequência de uma série de fatores, por exemplo, o inchaço na categoria profissional pescador por conta das políticas oferecidas pelo governo através da SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, sendo uma das principais o seguro defeso. Este seguro oferece um salário mínimo a cada pescador que esteja legalizado, para que não pesque no período de reprodução das principais espécies comerciais. No caso do estuário da Lagoa dos Patos, são a corvina, o bagre, a tainha e o camarão.

O próprio movimento social dos pescadores não aceita que o sujeito que vive de agricultura na entre safra da pesca acesse esse recurso financeiro oferecido pelo governo. Da mesma forma, na legislação pertinente a essa área está definido que o pescador não pode pescar eventualmente, isto é, apenas quando tem uma boa safra. O que o define como pescador profissional de pequena escala é a atividade de pesca como prioritária e exclusiva. Com a crise socioeconômica enfrentada pelo país, existem camadas sociais em situação precária e de subemprego o que faz com que migrem para a atividade pesqueira por suas facilidades, em tese é muito fácil entrar na água ou se agregar a um grupo para atuar na pesca em momentos de crise, porém isso não os caracteriza como pescador profissional.

Como já foi dito, existe um empobrecimento das comunidades causado por diferentes fatores ligados ao modo de produção capitalista e o conjunto de situações adjacentes a ele. Seja a extinção gradativa e acelerada dos recursos pesqueiros, a especulação imobiliária e a precária disponibilização de ações estatais que venham a garantir os direitos fundamentais do cidadão, por exemplo, direito à moradia digna, à saúde, à educação de qualidade e todos os direitos subjetivos garantidos na Constituição Federal de 1988.

PROSEANDO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental apesar de suas diferentes formas de se expressar pode contribuir significativamente na construção das condições para a mudança desse estado de coisas. No entanto há que se refletir sobre qual educação ambiental seria esta. Na história da educação ambiental temos muitos seminários, encontros simpósios e conferências, porém, nos achamos em meio a disputa por hegemonia entre os

ecologistas, que separam homem e natureza e os ambientalistas das ONGs (Organizações não governamentais) que, boa parte se tornaram executores de políticas de organismos internacionais. Sendo assim, delimitamos um campo em que a educação ambiental é antes de tudo EDUCAÇÃO e isso é pressuposto inquestionável (Layrargues, 2006).

No presente trabalho propomos a educação ambiental, num contexto maior do que a educação escolar acreditando no enfrentamento pedagógico das questões ambientais (Layrargues, 2006) num processo democrático de participação e na construção e execução de políticas que atendam a real necessidade da maioria da população. É nessa perspectiva que pensamos um projeto de sociedade que compromete as diferentes esferas com o ambiente equilibrado que prevê nossa Constituição Federal de 1988 (art. 225).

Em Quintas (2002), temos a proposta da prática da educação ambiental para a gestão, onde exige que o educador tenha amplo conhecimento sobre as questões ambientais e a cultura local, incluindo os sistemas de gestão:

Capacidade tanto para desenvolver ações educativas com grupos culturalmente diferenciados, quanto para mediar situações conflituosas que envolvem interesses de vários atores sociais na disputa pelo controle e uso de recursos ambientais (Quintas 2002, p.22).

A educação como formação permanente teria a função de atender aos processos históricos humanos, urge que ampliemos nosso pensamento para além do sistema escolar de ensino, incluindo a educação ambiental na gestão pública e pode ser que assim consigamos transformá-lo. Aqueles que geram os problemas ambientais na maioria das vezes não são os mesmos que sofrem com eles, no caso dos pescadores isso é fácil visualizar. Por exemplo, a poluição do processo químico das fábricas mata as espécies, poluem rios, lagoas e mares, assim como a insustentável pesca industrial coloca as espécies em extinção. Esses são responsáveis pela degradação humana e ambiental, sendo assim, não se torna viável pensar em “educar ambientalmente” os pescadores do ponto de vista comportamental, esta questão precisa de uma abordagem e perspectiva sociológica da educação como um instrumento ideológico de reprodução das condições sociais (Layrargues, 2006). Esse problema é de toda sociedade e nós educadores ambientais somos os responsáveis por alavancar esse processo com compromisso político e utopia de mudança.

Diante dessa realidade a educação ambiental precisa estar aliada às práticas transformadoras que desenvolvem processos emancipatórios nos moldes de Paulo Freire(1982). Importante salientar seus princípios de transversalidade que podem ser um suporte na mediação com o conhecimento tradicional da categoria de pescadores artesanais da Lagoa dos Patos. A intencionalidade pedagógica e as diferentes temáticas implicadas no fazer do educador ambiental se relacionam diretamente com a possibilidade que o ser humano tem de pensar e modificar suas condições de vida através do trabalho e da atividade unitária de agir/pensar (Loureiro 2004).

ONDE A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL SE ARTICULA COM O EJA

A região a qual nos referimos tem sofrido historicamente a influência de empreendimentos ligados ao porto do Rio Grande e do crescimento urbano das duas cidades (Rio Grande e São José do Norte). No último ano (2007) vieram empreendimentos como estaleiros de grande porte e a construção da plataforma P53 causando um impacto na mão de obra regional. Percebemos uma desqualificação profissional na maioria da população de baixa renda impossibilitando a mesma de ocupar as vagas de emprego que se abriram com a vinda dos empreendimentos. Por outro lado, os que vivem da pesca já sentem o impacto causado pela disputa de espaço dos empreendimentos com as comunidades pesqueiras. Ficamos com o ônus, mas não com o bônus, são conclusões a que chegaram as comunidades nortense e riograndina.

Nesta demanda por qualificação profissional chegamos no ponto que podemos chamar de nó crítico, pois aqueles que realmente necessitam da formação não estão nas condições de escolaridade exigidas pela grande maioria dos cursos oferecidos pelos órgãos oficiais. Uma parcela significativa da população não chegou a concluir a 5ª série do ensino fundamental o que dificulta muito as ações de qualificação profissional nos levando à articulação efetiva com as políticas de EJA.

Para embasarmos nossas reflexões buscamos algumas diretrizes do Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQ que se refere ao período de 2003-2007. As que mais nos dizem respeito estão citadas abaixo:

- Concepção da qualificação profissional como direito de cidadania, em bases contínuas, permanentes e de maneira articulada com a educação básica (fundamental e média);
- Concepção da qualificação profissional como uma Política Pública e, portanto, orientada por objetivos sociais;

- Planejamento das Políticas de Qualificação orientadas pelas estratégias de desenvolvimento local, estadual, regional e nacional, na perspectiva da sustentabilidade social e ambiental;
- Políticas voltadas para a educação integral dos trabalhadores, incluindo conteúdos de formação geral e específica, por meio de dimensões como: técnico-científica, sociopolítica, ético-cultural e político-pedagógico. Isso, sempre levando em conta as desigualdades e diferenças de classe, etnia, gênero, geração, região, etc.;
- Atenção à diversidade social, econômica e regional da PEA, promovendo o acesso justo aos planos de qualificação e, no que depender das Políticas Públicas de Qualificação, às oportunidades de trabalho e renda.
- Constituição de um sistema de certificação, no âmbito da Política Pública de Educação, que valorize os saberes adquiridos na vivência social e no trabalho, articulada as classificações de ocupações profissionais, e estabeleça um efetivo controle público dos mecanismos de reconhecimento das trajetórias formais e informais de formação escolar e profissional;

Para alcançar estes objetivos a Resolução nº. 333/2003 do CODEFAT (art. 3º, §10, e art. 9º) determina:

I – para os PlanTeQs – Ações de educação profissional envolvendo de forma integrada principalmente os conteúdos indicados a seguir, sem prejuízo de outros que se definam em função da realidade local, das necessidades dos/as trabalhadores/as, do desenvolvimento do território, do mercado de trabalho e do perfil da população a ser atendida: comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio lógico-matemático, saúde e segurança no trabalho, educação ambiental, direitos humanos, sociais e trabalhistas, relações interpessoais no trabalho, informação e orientação profissional; processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais, equipamentos e outros conteúdos específicos das ocupações; empoderamento, gestão, autogestão, associativismo, cooperativismo, melhoria da qualidade e da produtividade;

Já com relação à educação de jovens e adultos percebemos uma dinâmica acelerada nos últimos anos, em função disto procuramos algumas informações no site do MEC – Ministério da Educação e Cultura. Encontramos uma página eletrônica específica com materiais e orientações dirigidas a professores que trabalham com EJA.

A partir da Constituição Federal de 1988 e da LDB/1996 a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a ser entendida não mais como complementar, mas como um direito, um elemento essencial para a construção de uma

sociedade mais justa, tendo como princípio a garantia do exercício da cidadania.

Dessa forma o trabalho que visa à qualificação profissional de comunidades pesqueiras há de estar articulado com as ações de EJA que são estruturantes de tal política, como já vimos algumas vezes torna-se impossível desenvolver certas ações de qualificação profissional sem o pré-requisito da educação fundamental.

PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESCADORES ARTESANAIS: UMA PROPOSTA

A proposta de capacitação dos envolvidos na atividade pesqueira estará embasada na construção coletiva do conhecimento e abordará três aspectos que se considera fundantes:

- I. O estudo a partir dos temas ligados à realidade cotidiana dos participantes, tomar a realidade concreta como ponto de partida, através de levantamentos, perfil do grupo, debates e técnicas de entrosamento.
- II. A relação entre PRÁTICA-TEORIA-PRÁTICA. Garantindo tais dimensões: que os participantes sejam estimulados a perceber como se utilizam na prática os conceitos que fazem parte do tema abordado em cada caso específico. Isso se dará através da proposição de situações problemas e exercícios práticos.
- III. Participação coletiva – Como é um dos objetivos do próprio curso, a construção coletiva, o método de ensino ou a didática deve ajudar os participantes a se assumirem como sujeitos: que têm opiniões, proposições, dúvidas, idéias, entre si e com a assessoria. O espaço deve ser propício à troca de saberes, a solidariedade e companheirismo.

As lideranças locais têm participado historicamente de encontros e seminários que se utilizam dessa metodologia como exemplo, temos várias oficinas de ordenamento pesqueiro realizadas pelo IBAMA em 2005, reuniões e seminários proporcionados pelo Fórum da Lagoa dos Patos e alguns cursos de formação oferecidos pela FAO e IBAMA em 2007.

De acordo com Pereira (2006);

No trabalho de pesquisa que compôs a dissertação de mestrado, trabalhou-se com observação participante nas oficinas realizadas nos trabalhos em grupo, discutindo temáticas e propostas com os pescadores e suas famílias.

No primeiro encontro era feito um pequeno diagnóstico local, estabelecendo uma agenda de discussões nos quatro municípios que se situam no entorno do estuário. Nesses locais eram contatadas, inicialmente, lideranças ligadas de alguma forma com o movimento de pescadores artesanais; a prioridade era a existência de um movimento combativo, contudo, na ausência desse tipo de liderança, trabalhava-se com quem estivesse disponível e com vontade de contribuir, sempre buscando a participação dos autênticos pescadores³.

Neste momento, pode-se dizer que a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, por isso a pesquisa centrou-se na questão do método, como já dito anteriormente. Assim, a pesquisadora procura ver como o problema pesquisado se manifesta na fala dos sujeitos, na forma como eles percebem a problemática que os atinge. A preocupação estava dirigida para o que diziam e também para o como percebiam tais problemas e de que forma buscavam a construção de saídas. Além disso, acredita-se que ao participar do processo de desvelamento da realidade de forma coletiva e problematizadora, como era feito nas oficinas, o sujeito poderia dar um salto qualitativo no seu modo de entender a realidade social, conseqüentemente na reflexão e atuação sobre o seu papel no processo de transformação e na busca pela emancipação.

Dessa forma acreditamos que uma metodologia que pretenda não apenas proporcionar o conhecimento técnico, mas sim, dialogar com a realidade do pescador e pescadora local, cumpre o papel de desvelamento da realidade cultivando a consciência crítica e a capacidade de tomada de decisões responsáveis diante de problemas e conflitos que possam surgir no processo de trabalho da atividade pesqueira.

³ Considera-se que existem lideranças que são atravessadores de pescado e procuram se impor politicamente como pescador.

A proposta trata-se de organizar em conjunto com as associações comunitárias o monitoramento e avaliação das técnicas e didáticas utilizadas nos cursos, como também a mobilização e organização logística dos mesmos, em suma para a gestão compartilhada do trabalho como um todo. Por outro lado far-se-á articulações com parceiros que sejam responsáveis pela formação específica, por exemplo, a Capitania dos Portos que é responsável pela certificação de pilotagem e também por outros aspectos ligados à navegação. Dessa forma as ações do projeto estarão articuladas com os órgãos públicos que se relacionam com a atividade pesqueira. Quanto às empresas privadas se buscará uma política de relacionamento que contemple estágios e prestação de serviços. Note-se que não pretendemos transformar o pescador em mão de obra assalariada, contudo, conjuntamente com as comunidades, construiremos um sistema de trabalhos temporários, prestação de serviços ou de aperfeiçoamento profissional junto às empresas para renda complementar das famílias em atividades que tenham alguma afinidade com a pesca. Nossa pretensão é modernizar as comunidades de famílias de pescadores com a inclusão digital e outras tecnologias limpas, que estejam ligadas a sua atividade e possam contribuir na sustentabilidade da atividade da pesca do ponto de vista sócio/econômico/ambiental. Acreditamos que não existe a dicotomia evolução tecnológica e preservação, ao contrário, a ciência deve servir para que o pescador capture menos espécies e atribua maior valor ao produto com sistemas de agregação de valor pela qualidade e pela estética do mesmo.

Sendo assim, nossa proposta visa melhorar a atividade da pesca dando maior segurança ao trabalho com a utilização de aparelhos que atualmente só a indústria de grande porte possui como GPS e radar, porém não gostaríamos de descaracterizar uma cultura local de pescadores artesanais, e sim valorizá-los.

Com relação à organização dos cursos em si, deverão atender a objetivos específicos através de módulos de aprendizagem, de 45 a 60 horas, composto por conhecimentos que sejam complementares entre si. Por exemplo, no primeiro objetivo que se trata de qualificar na área de construção e manutenção de embarcações far-se-á um módulo composto por cursos de 15 horas cada, em marcenaria, carpintaria e pintura. Na metodologia proposta buscaremos relacionar teoria e prática através do compartilhamento de experiências com técnicas utilizadas por pescadores de outras localidades. Haverá também o incentivo a pesquisas nos núcleos da FURG para estudos

de tais experiências como também do processo educativo dos próprios cursos oferecidos.

CONSIDERAMOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DESTA PROPOSTA:

- Oferecer oportunidade de qualificação na área da construção, manutenção e reparos de embarcações pesqueiras;
- Oferecer oportunidade de qualificação profissional da área de navegação;
- Oferecer oportunidade de formação na área de saúde meio ambiente e segurança do trabalho -SMS, voltado para a pesca;
- Oferecer formação na área transporte, armazenamento e beneficiamento de pescado;
- Oportunizar formação na área ambiental voltada à preservação dos ecossistemas costeiros;
- Oportunizar formação na área dos direitos fundamentais;
- Oferecer formação na área de comercialização de gestão de negócios;
- Oferecer oportunidades na área de comunicação social;
- Incentivar e facilitar o acesso dos jovens e adultos nas universidades da região;
- Promover ações de qualificação articuladas com a extensão universitária;
- Incentivar a participação das lideranças comunitárias em eventos de formação e capacitação.
- Proporcionar a inclusão digital.
-

ALGUMAS CONCLUSÕES POR ORA...

O desafio de trabalharmos propostas de qualificação profissional com comunidades de pescadores exige um esforço conjunto de diferentes esferas do estado e da sociedade civil. Dessa forma entendemos que a triangulação proposta é a responsável pela qualidade do processo educativo.

Como já foi mostrado anteriormente, um dos elementos determinantes na qualificação profissional, como também no EJA, é a aprendizagem significativa. Neste caso a metodologia assume um papel também importante, pois estará mediando a relação educador e educando.

Paulo Freire muito falou e praticou uma educação comprometida, banindo do seu horizonte educativo a neutralidade. Também superou o ensino como depósito de conhecimento e a transmissão de conteúdos. Tudo isso parece já consenso entre nós. Porém, talvez por conta de nossa própria formação, ainda reproduzimos alguns desses

conceitos que condenamos. Às vezes, não avaliamos com seriedade por que as coisas não dão certo no cotidiano das comunidades. E, muitas vezes, por conta de uma metodologia imprópria para a mediação que se almeja realizar, insistimos nesse problema.

Essas são reflexões críticas que precisamos fazer a partir de uma análise dos resultados. Temos o único programa do Brasil no nível de pós-graduação em Educação Ambiental na forma de mestrado e doutorado numa universidade federal e isso deverá, a meu ver, influenciar as práticas regionais e locais.

Um problema concreto que enfrentamos é que os profissionais formados pelo sistema educacional não saem da academia ou da escola técnica preparados para a resolução de problemas complexos ligados à gestão, isto é, são deficiências do sistema formal de educação que podemos comprovar desde o ensino fundamental. É comum conversarmos com pescadores que, no discurso, deixam claro a dicotomia do “estudo” com sua vida cotidiana. Normalmente ouve-se que quer ver o filho ou a filha estudar para não ser um pescador como ele/a. Não se ouve que o filho deverá estudar para melhorar a atividade da pesca, por exemplo, e, dessa forma, ter melhores condições de vida. Outra situação que acontece, com frequência, é quando o filho quer continuar a atividade dos pais, então ele abandona a escola, pois acha totalmente inútil estudar para ser pescador.

Outro problema que as comunidades de pescadores enfrentam se expressa no calendário escolar. De acordo com o Ibama, todo ano, a safra do camarão abre no dia 1º de fevereiro e vai até 31 de maio. Ocorre que os meninos a partir de 12 anos costumam acompanhar os pais que se deslocam para acampar em lugares bem distantes de suas casas e principalmente de suas escolas para a pesca do camarão. Como já é parte da cultura familiar fica muito difícil impedir que isso aconteça. Na verdade não há uma adequação das escolas locais com a realidade da pesca e das comunidades. Esse tipo de evento precisa ser considerado quando pensamos uma proposta educativa que envolva essas comunidades e que pretende dialogar com a realidade local.

BIBLIOGRAFIA

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IBAMA, Como o Ibama exerce a educação ambiental. QUINTAS, J.S.Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília:Edições Ibama, 2002.

Layrargues, P.P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: Loureiro, C.F.B.; Layrargues, p.P. & Castro, R.C. De (Orgs.) *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez. p. 72-103. 2006.

LOUREIRO, C.F.B. Trajetória e Fundamentos da Educação ambiental. São Paulo. Cortez. 2004.

PEREIRA, M.O.R. Educação Ambiental: Um convite à participação. Dissertação de Mestrado. FURG: 2006.

Sites consultados:

http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=S%C3%A3o_Jos%C3%A9_do_Norte&oldid=8048489> acesso no dia 01/02/2008

<http://www.mte.gov.br/default.asp> acesso no dia 01/02/2008



http://www.mte.gov.br-pnq-conheca_diretrizes.pdf.url

www.mec.gov.br ; www.eja.org.br acesso no dia 01/02/2008